

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Esporte e Lazer

APROVADO na **Comissão de Defesa Civil** o **parecer favorável** do relator, deputado Flávio Bolsonaro, ao **Projeto de Lei nº 712/2015**, de autoria do deputado Filipe Soares, que "Dispõe sobre a realização de curso de aprimoramento técnico para guardiões de piscina que atuem no âmbito do estado do Rio de Janeiro".

Meio Ambiente

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Edson Albertassi, as **emendas¹ de plenário ao Projeto de Lei nº 301/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Destina a menos 1% (hum por cento) do valor dos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC a serem aplicados na rede de saúde ambiental", **favorável à emenda nº 01 e contrário às emendas 2,3 e 4**.

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Edson Albertassi, **substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio ao Projeto de Lei nº 1353/2016**, de autoria do deputado Milton Rangel, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes, lanchonetes e congêneres a prestarem informações em seus cardápios aos consumidores".

Saúde

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Paulo Melo, ao **Projeto de Lei nº 2013/2016**, de autoria da deputada Tia Ju, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas e postos de saúde da rede pública e particular no âmbito do estado do Rio de Janeiro a divulgarem a lei federal 13.301 de 2016 que assegura o direito a prestação continuada temporário a criança vítima de microcefalia e aumenta para 180 dias a licença maternidade às mães".

APROVADO na **Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia** o **parecer favorável** do relator, deputado Bruno Dauaire, ao **Projeto de Lei nº 1885/2016**, de autoria da deputada Martha Rocha, que "Obriga os hospitais, públicos e particulares, a notificarem a polícia civil da internação de paciente que não possua identificação".

¹ Emendas 1, autor deputado Luiz Paulo; Emendas 2 a 4 autor deputado Dr. Julianelli.

Defesa do Consumidor

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Carlos Minc, ao **Projeto de Lei nº 2760/2017**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Altera a lei nº 3.874, de 24 de junho de 2002, com nova redação dada pela lei 6.311, de 31 de agosto de 2012, para constar as informações que menciona em cada botijão de gás", **pela juridicidade**.

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Paulo Melo, ao **Projeto de Lei nº 2955/2014**, de autoria da deputada Cidinha Campos, que "Altera a Lei nº 4.896, de 08 de novembro de 2006, que assegura o direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do estado do Rio de Janeiro, no que tange ao recebimento de ofertas de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica e dá outras providências".

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Paulo Melo, ao **Projeto de Lei nº 1150/2015**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Cria o programa "alimentação para todos" nas escolas da rede pública e privada no estado do Rio de Janeiro".

Educação

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 3427/2017**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Dispõe sobre a proibição de apologia aos maus tratos com animais em cartilhas pedagógicas e materiais didáticos na rede estadual de ensino público ou privado do Rio de Janeiro", **pela constitucionalidade, com emendas**.

APROVADO na **Comissão da Pessoa com Deficiência** o **parecer favorável** do relator, deputado Márcio Pacheco, o **Projeto de Lei nº 1074/2015**, de autoria da então deputada Tânia Rodrigues, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação em escolas e instituições de ensino públicas ou privadas situadas no estado do Rio de Janeiro, de forma a permitir o livre acesso e uso por pessoas com deficiência e dá outras providências".

APROVADO na **Comissão da Pessoa com Deficiência** o **parecer contrário** do relator, deputado Márcio Pacheco, o **Projeto de Lei nº 2554/2017**, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da colocação de cadeiras de rodas em escolas privadas e públicas, localizadas no estado do rio de janeiro e dá outras providências".

Indústria de Energia Elétrica

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Rafael Picciani, ao **Projeto de Lei nº 1528/2016**, de autoria da deputada Daniele Guerreiro, que "Altera o art. 40, da lei estadual nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, para incluir o inciso XXVII, no referido dispositivo, a fim de declarar a não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, na classe residencial, independente da faixa de consumo de kwh/mês, na conta do titular cujo familiar residente e domiciliado com aquele, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, esteja em tratamento que necessite de aparelhos de saúde ligados ininterruptamente à energia elétrica e dá outras providências", **pela constitucionalidade com emendas, concluindo por substitutivo**.

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Edson Albertassi, ao **Projeto de Lei nº 1.758/2016**, de autoria do deputado Nivaldo Mulim, que "Torna obrigatória por parte das concessionárias de distribuição de energia elétrica; de saneamento básico e fornecimento de gás canalizado aos consumidores livres no estado do Rio de Janeiro a realização da troca de titularidade nas contas de energia elétrica; água e esgoto e gás da unidade consumidora, e dá outras providências", **pela prejudicialidade** – já existe legislação que regulamenta a matéria – Lei 4.898 de 8/11/2006.

Indústria do Fumo

APROVADO na **Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas e Dependentes Químicos em Geral** o **parecer** do relator, deputado Dr. Deodalto, ao **Projeto de Lei nº 1769/2016**, de autoria do deputado Iranildo Campos, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação por parte do comprador de produtos fumígenos e derivados de tabaco para fins de comprovação de maioria", **favorável com a emenda da CCJ**².

Indústria da Construção Civil

APROVADO na **Comissão de Defesa do Meio Ambiente** o **parecer** do relator, deputado Milton Rangel, ao Projeto de Lei nº 1751/2016, de autoria da deputada Zeidan, que "Altera a Lei 4.962 de 21 de dezembro de 2006 que Cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS e dá outras providências", favorável, com a emenda da Comissão de Saneamento Ambiental.

Interesse Geral

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, as emendas de plenário, autoria do dos deputados da bancada do PSOL³, ao **Projeto de Lei nº 1648/2016**, de autoria da deputada Lucinha, que "Autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a realizar convênio com os condomínios residenciais, empresariais, industriais, comerciais e mistos, de modo a permitir que seus sistemas de segurança sejam conectados às ferramentas e tecnologias de identificação usada pela polícia militar do estado do Rio de Janeiro", **contrário à emenda**.

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Paulo Melo, ao **Projeto de Lei nº 2745/2017**, de autoria do deputado Marco Figueiredo, que "Dispõe sobre a fixação de aviso, em estabelecimentos que fabriquem ou comercializem produtos utilizados na confecção de balões, informando a lei que torna crime a fabricação, venda, transporte e soltura de balões", **pela constitucionalidade**.

Requerimento:

O deputado Samuel Malafaia requereu **urgência na tramitação** do **Projeto de Lei nº 2106/2016**, de sua autoria e do deputado Jorge Picciani, que "Cria o Programa "Empresa Amiga da Saúde" no âmbito do estado do Rio de Janeiro". Aguarda-se deliberação da Mesa Diretora.

O deputado Samuel Malafaia requereu **urgência na tramitação** do **Projeto de Lei nº 2182/2016**, de sua autoria, que "Cria o Programa "Empresa Amiga da Segurança", no âmbito do estado do Rio de Janeiro". Aguarda-se deliberação da Mesa Diretora.

² CCJ – Comissão de Constituição e Justiça. 8

³ Bancada do PSOL – Marcelo Freixo – Eliomar Coelho – Flávio Serafini – Paulo Ramos – Wanderson Nogueira.

OFÍCIO CCJ:

Nº 346 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Presidência da **Comissão de Constituição e Justiça** declarou o **Projeto de Lei n 1529/2016**, de autoria do deputado Nivaldo Mulim, que "Dispõe sobre a instalação de piso tátil para demarcar obstáculos em áreas públicas e a localização da faixa de pedestres, visando a acessibilidade das pessoas com deficiências visuais no estado do Rio de Janeiro", **PREJUDICADO, em virtude da existência da Lei nº 7.329, de 08 de julho de 2016.**

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária: 31/10/2017

1ª DISCUSSÃO

APROVADO, com emenda⁴, o **Projeto de Lei 473/2011**, de autoria do deputado Luiz Martins, que "Dispõe sobre a reserva de leitos nos estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, para tratamento específico de dependentes químicos no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". **Vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2946/2017**, de autoria da deputada Cidinha Campos, que "Altera a lei 5968, de 06 de maio de 2011, obriga a divulgação, no rótulo das embalagens de óleo comestível, da informação sobre a destinação correta do produto após o uso, e dá outras providências". **Retorna em 2ª discussão.**

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2074/2016**, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos valores originais e promocionais de produtos comercializados de forma direta ao consumidor". **Retorna em 2ª discussão.**

APROVADO, com emenda⁵ o **Projeto de Lei nº 2791-A/2017**, de autoria da deputada Lucinha, que "Estabelece modelos diferenciados de copos, garrafinhas, garrafas e garrafões para envase e venda ao consumidor de água potável purificada e adicionada de sais minerais, comercialmente registradas e autorizadas". Aguarda-se a aprovação da **redação final para a mesma ser remetida ao Governador para manifestação.**

Link para acessar a redação final

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/4beeebc581634538832581ca0070823a?OpenDocument>

⁴ Emendas aprovadas 1 e 2 de autoria do deputado Marcelo Freixo. Emenda rejeitadas 3 e 4 de autoria da então deputada JANIRA Rocha .

⁵ Emendas de autoria da deputada Lucinha. E rejeitadas as emendas 3 a 20

Sessão Plenária: 01/11/2017**1ª DISCUSSÃO**

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1199/2015**, de autoria do então deputado Farid Abrão, que "Obriga as instituições financeiras no âmbito do estado do Rio de Janeiro a emitir gratuitamente 2º via de extrato bancário expedido em papel termo sensível ou de duração transitória até cinco anos após o encerramento da conta corrente ou da emissão do extrato". **Retorna em 2ª discussão.**

RETIRADO⁶ definitivamente o **Projeto de Lei nº 2378/2017**, de autoria dos deputados Tio Carlos e Beбето, que "Altera a lei nº 7.374 de 14 de julho de 2016 que dispõe sobre a obrigatoriedade das motocicletas sujeitas a emplacamento anual serem obrigadas a possuírem antenas corta linha de cerol, na forma que menciona". **Matéria vai ao arquivo.**

APROVADO o **Projeto de Lei nº 3207/2017**, de autoria do deputado licenciado Pedro Fernandes, que "Altera a lei nº 5.390, de 19 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a fabricação, comercialização, estocagem e queima de fogos de artifícios no âmbito do estado do Rio de Janeiro". As Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa Civil votaram favorável ao PL. **A matéria retorna em 2ª discussão.**

Sessão Plenária: 07/11/2017**REGIME DE URGÊNCIA**

APROVADO, em discussão única, o **Projeto de Lei nº 3420/2017** (msg. 28/17), de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei 2.657/1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, e dá outras providências", na **forma do substitutivo da CCJ⁷**. **Vai a autógrafa.**

1ª DISCUSSÃO

APROVADO o **Projeto de Lei nº 326/2011**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Torna obrigatório o planejamento prévio e efetivo treinamento para evacuações emergenciais na rede de ensino público e particular do estado do Rio de Janeiro". **Retorna em 2ª discussão.**

RETIRADO DE PAUTA o **Projeto de Lei nº 1352/2016**, de autoria do deputado Milton Rangel, que "Concede aos profissionais de educação física que prestam seus serviços como *personal trainer*, acesso livre as academias para acompanhar seus clientes e dá outras providências", a pedido do autor. (Retorna a pauta da Ordem do dia de 14/11/2017)

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 2313/2016**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênios com os centros especializados de atendimento e tratamento oncológico da rede privada no estado do Rio de Janeiro". O PL **recebeu uma emenda e retorna às Comissões.**

⁶ Retirado em definitivo, pelo deputado Tio Carlos tendo em vista que já existe lei que versa sobre a matéria.

⁷ Substitutivo da CCJ – favorável as emendas 01, 12,13 e 14. Favorável com subemenda à emenda 21, favorável com subemenda aglutinativa às emendas 02, 03, 19 e 20 e contrário às demais emendas.

Sessão Plenária: 07/11/2017

REGIME DE URGÊNCIA

APROVADO, na forma do substitutivo da CCJ⁸, o Projeto de Lei nº 3419/2017, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a lei nº 7.174/2015, que dispõe sobre o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos (ITD), de competência do estado do Rio de Janeiro". O substitutivo aprovado foi encaminhado ao Governador para manifestação.

Link para acessar o texto enviado a autógrafa.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/b263c3339c246a38832581a30071afc3?OpenDocument&Highlight=0,3419%2F2017>

APROVADO, na forma do substitutivo da CCJ⁹, o Projeto de Lei nº 3.451/2017, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) estaduais e municipais". O substitutivo aprovado foi encaminhado ao Governador para manifestação.

Link para acessar o texto enviado a autógrafa.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/63824381c9badb39832581d200798cc0?OpenDocument>

2ª DISCUSSÃO:

APRECIADO a redação do vencido do Projeto de Lei nº 2114-A/2013, de autoria do deputado Dica, que "Dispõe sobre a corresponsabilidade das empresas que fazem publicidade e propaganda com vistas a proteger o consumidor e seus direitos, em face aos produtos veiculados na mídia, em geral". O projeto recebeu 14 emendas e retorna às Comissões Técnicas.

APROVADO o Projeto de Lei nº 609/2015, de autoria do deputado Luiz Martins, que "Fica proibida a venda das substâncias hidrogel e polimetilmetacrilato – PMMA sem prescrição médica no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". Vai a autógrafa.

Link para acessar o texto enviado a autógrafa.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/336beae3660c8ae4832581d2007ba57b?OpenDocument>

⁸ Substitutivo da CCJ – favorável a emenda 43; favorável com subemenda aglutinativa às emendas: 1-2-3-10-11-12-15-16-17-18-21-25-26-38-39-40-44-46-49-50-52-56-63-65-66-68-71-72-74-76-78-84-89 e 94. Emendas: 4-2228-35-36-45-47-48-51-53-57-59-60-61-62-64-66-67-70-73-79-81-82-83-85-86-90-91-92 e 93 contrário as demais emendas, concluindo por substitutivo que levou a forma final de redação.

⁹ Substitutivo da CCJ – favorável, com subemenda aglutinativa, às emendas: 1-12-30-40-41-42-44-45-46-02-48-03-08-10-13-14-15-16-20-27-35-47-22-23-24 e 37. Contrário as demais.

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2.335/2017**, de autoria do deputado Geraldo Pudim, que "Classifica São Francisco de Itabapoana como município de interesse turístico". **Vai a autógrafo.**

1ª DISCUSSÃO

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1289/2015**, de autoria dos então deputados Márcio Canella e Waguinho, que "cria a comissão de profilaxia de tromboembolismo venoso – TEV – nos hospitais públicos e privados do estado e dá outras providências". **Retorna em 2ª discussão.**

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2369/2017**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Altera a lei nº 4.896, de 08 de novembro de 2006, para regulamentar a oferta de serviços e produtos por telefone, na forma que menciona". **Retorna em 2ª discussão.**

Sessão Plenária: 09/11/2017

2ª DISCUSSÃO

APROVADA a redação do vencido do **Projeto de Lei nº 2384-A/2017**, de autoria doo deputado Nivaldo Mulim, que "Dispõe sobre a reserva, de no mínimo 5% (cinco por cento), das vagas de emprego na área da construção civil de obras pública, para pessoas do sexo feminino". **Vai a autógrafo.**

REGIME DE URGÊNCIA

RETIRADO DE PAUTA o **Projeto de Lei nº 2265/2016**, de autoria do deputado Geraldo Pudim, que "Altera o art. 1º e parágrafo único da Lei nº 3244, de 06 de setembro de 1999, que impede no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a inclusão de consumidores em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, em que haja prévia comunicação ao consumidor", a pedido do autor.

APROVADO, com as emendas de plenário, o **Projeto de Lei n 1514/2016**, de autoria da deputada Martha Rocha, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) em sítios eletrônicos". **Vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

1ª DISCUSSÃO

APROVADO, com os pareceres das Comissões¹⁰, o **Projeto de Lei nº 1693/2016**, de autoria da deputada Martha Rocha, que "Dispõe sobre a vedação de cadastro ou "lista Negra" de consumidores que proponha ação judicial em face de fornecedores de produtos e serviços". Vai à **redação do vencido para segunda discussão.**

¹⁰ Comissões de: Constituição e Justiça (com três emendas modificativas) e de Defesa do Consumidor (com uma emenda modifitiva)

Sessão Extraordinária**Dia: 13/11/17****Hora: 15:00****Em regime de urgência****Em discussão única**

PL nº 2182/2016, de autoria do deputado Samuel Malafaia, que Cria o programa “empresa amiga da segurança”, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. (Pendendo de parecer das comissões de constituição e justiça; de segurança pública e assuntos de polícia; de defesa civil; de economia, indústria e comércio; e de orçamento, finanças, fiscalização financeira e controle).

Em 2ª discussão - redação do vencido

PL nº 2189-A/2016, de autoria do deputado André Ceciliano, que Dispõe sobre a privacidade dos consumidores do estado do rio de janeiro, no que tange às especificações da nota fiscal e dá outras providências.

Em 2ª discussão

PL nº 2946/2014, de autoria da deputada Cidinha Campos, que Altera a lei 5968, de 06 de maio de 2011, obriga a divulgação, no rótulo das embalagens de óleo comestível, da informação sobre a destinação correta do produto após o uso, e dá outras providências.

PL nº 194/2015, de autoria da então deputada Tânia Rodrigues, que Proíbe a prática da fidelização nos contratos de consumo e dá outras providências.

PL nº 1199/2015, de autoria do então deputado Farid Abrão, que Obriga as instituições financeiras no âmbito do estado do Rio de Janeiro a emitir gratuitamente 2ª via de extrato bancário expedido em papel termo sensível ou de duração transitória até cinco anos após o encerramento da conta corrente ou da emissão do extrato.

PL nº 2074/2016, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos valores originais e promocionais de produtos comercializados de forma direta ao consumidor.

PL nº 3207/2017, de autoria do deputado licenciado Pedro Fernandes, que altera a lei nº 5.390, de 19 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a fabricação, comercialização, estocagem e queima de fogos de artifícios no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Em votação, em 1ª discussão

PL 906/2015, de autoria da deputada Zeidan, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de medidor de quantidade de combustível em embarcações no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Sessão Ordinária**Dia: 14/11/17****Hora: 15:00****Projeto de lei nº 2791-A/2017**
de autoria da deputada Lucinha**Redação final**

Que estabelece modelos diferenciados de copos, garrafinhas, garrafas e garrafões para envase e venda ao consumidor de água potável purificada e adicionada de sais minerais, comercialmente registradas e autorizadas.

Em regime de urgência**EeM discussão única**

PL nº 2265/2016, de autoria do deputado Geraldo Pudim, que Altera o art. 1º e parágrafo único da Lei nº 3244, de 06 de setembro de 1999, que impede no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a inclusão de consumidores em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, sem que haja prévia comunicação ao consumidor (pendendo de parecer das comissões de constituição e justiça; de defesa do consumidor; e de economia, indústria e comércio).

Em tramitação ordinária**Em 2ª discussão - redação do vencido**

PL nº 1139-A/2015, de autoria do deputado Dionísio Lins, que Dispõe, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:**ATOS DO PODER LEGISLATIVO:**

Publicação no DO-I de 01/11/17

Ofício GG/PL nº 268 de 31 de outubro de 2017**Veto total aposto ao Projeto de Lei n 2096/2016**

Autor: deputado Wagner Montes

Dispõe sobre a responsabilidade por dano, na prestação indevida de serviços de telefonia móvel e fixa no estado do Rio de Janeiro.

AGORA É LEI:**Lei nº 7.765 de 31 de outubro de 2017****Oriunda do Projeto de Lei nº 577-A/15**

Autor: Deputado Iranildo Campos

Dispõe sobre a comercialização de utensílios infantis customizados com cristais e outros adornos em seu acabamento.

Lei nº 7.766 de 31 de outubro de 2017

Oriunda do Projeto de Lei nº 2727/17

Autor: Deputado Wanderson Nogueira

Declara 2018 como o ano de celebração do bicentenário do município de Nova Friburgo.

Lei nº 7.768 de 06 de novembro de 2017

Oriunda do Projeto de Lei nº 295-A/2011

Autor: Deputado Luiz Martins

Institui o programa de reciclagem do coco verde no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 7.769 de 06 de novembro de 2017

Oriunda do Projeto de Lei 115/2015

Autor: Deputado Paulo Ramos

Dispõe sobre a cobrança de taxa de matrícula nas instituições particulares de ensino superior.

Lei nº 7.770 de 06 de novembro de 2017

Oriunda do Projeto de Lei 1032-A/15

Institui a política estadual de apoio ao cooperativismo no estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 7.772 de 06 de novembro de 2017

Oriunda do Projeto de Lei 1458-A/16

Autor: Deputado Zito

Dispõe sobre a criação de reservatórios para escoamento e reuso do excesso de águas pluviais no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Lei nº 7.773 de 06 de novembro de 2017

Oriunda do Projeto de Lei 938-A/15

Autora: Deputada Martha Rocha

Determina que os produtos de vestuário, cama, mesa, banho e calçados, apreendidos pela Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ sejam destinados aos programas das secretarias de estado, e dá outras providências.

Publicação no DO-I de 10/11/17

Lei nº 7.777 de 09 de novembro de 2017

Oriunda do PL 1977/16

Autora: Deputada Ana Paula Rechuan

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Lei Federal nº 13.111, de 25 de março de 2015 e da Portaria Pres-DETRAN-RJ nº 3759, de 17 de outubro de 2006, por empresas comercializadoras de veículos novos e usadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Lei 7778, de 09 de novembro de 2017

Oriunda do PL 2205-A/16

Autor: Deputada Martha Rocha

Altera a Lei nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, instituindo, no embiro do estado do Rio de Janeiro, o dia 16 de outubro como o dia estadual do panificador.

Lei nº 7.780 de 09 de novembro de 2017

Oriundo do PL 2383/216

Autor: Deputado Dica

Classifica Duque de Caxias como município de interesse turístico.

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Ato do Governador:

Publicação no DO-I de 06/11/17

Decreto nº 46.142 de 01 de novembro de 2017

Institui polos regionais no âmbito da EAPPA, e dá outras providências.

Publicação no DO-I de 07/11/17

Decreto nº 46.143 de 06 de novembro de 2017

Dispõe sobre a adesão do estado do Rio de Janeiro ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – **PROCOMITÊS**, e dá outras providências.

Publicação no DO-I de 10/11/17

Decreto nº 46.148 de 09 de novembro de 2017

Institui o Conselho de Mitigação e Resposta a Estiagem no Norte e Noroeste do Estado – COMIRE, e dá outras providências.

Decreto nº 46.149 de 09 de novembro de 2017

Altera o Livro XI (Da Importância de Mercadorias e Serviços) do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427 de 17 de novembro de 2000 (RICMS/00).

Decreto nº 46.151 de 09 de novembro de 2017

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona, situado no município de Itaguaí/RJ, necessário a construção da Rodovia denominada Arco Metropolitano, BR-101/RJ – Itaguaí.

Ato do Secretário de Estado:

Publicação no DO-I de 30/10/17

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Superintendência de Tributação

Portaria SUT nº 081 de 27 de outubro de 2017

Divulga os preços das mercadorias de que trata o Livro IV do RICMS/2000, para vigorar a partir de 1] de novembro de 2017 (Refere-se aos preços da gasolina, diesel, GLP, QAV, AEHC,GNV)

Portaria SUT 082, de 27 de novembro de 2017

Fornecer dados para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, no período de 30 de outubro a 5 de novembro de 2017.

Publicação no DO-I de 30/10/17

Secretaria de Estado de Educação

Resolução SEEDUC nº 5.579 de 26 de outubro de 2017

Estabelece normas para conservação, doação ou descarte de livros, e dá outras providências.

Publicação no DO-I de 30/10/17

Secretaria de Estado do Ambiente

Instituto Estadual de Recursos Hídricos

Resolução CERHI-RJ nº 185 de 25 de outubro de 2017

Dispõe sobre a indicação do consórcio intermunicipal para gestão ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira CILSJ como entidade delegatária das funções e agência de água, tendo como interveniente o comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama, Saquarema e dos Rios São João e Uma, Região hidrográfica VI.

Resolução CERHI-RJ nº 186 de 25 de outubro de 2017

Dispõe sobre os limites de custeio administrativos para a entidade delegatária de funções de agência de água do Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Uma.

Publicação no DO-I de 30/10/17

Procuradoria Geral do Estado

Resolução PGE nº 4.149 de 26 de outubro de 2017

Aprova as minutas-padrão de edital de chamada pública para a seleção de projetos para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais (P-9/17) e de termo de concessão para a aplicação de recursos do regime da Lei Estadual nº 7.035, de 2015 (P-10/17).

*Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. **Informe Legislativo Estadual** – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.*